

OUTRAS FACES DA BANALIDADE DO MAL

OTHER FACES OF THE BANALITY OF EVIL

Muriel Emídio Pessoa Amaral¹

Resumo

A proposta desse ensaio é de perceber como os valores oferecidos por Hannah Arendt acerca da banalidade do mal ainda se tornam presentes, tendo como recorte cena da campanha eleitoral no Brasil de 2018. Arendt acreditou que o mal seria banal a partir do momento em que sujeitos abdicam da qualidade de pensar e refletir e passariam a reproduzir atividades previamente estabelecidas, bem como não teriam a dimensão dos seus comportamentos no cenário político. A imagem do ensaio pretende elucidar que o mal continua banal e com vigor suficientemente forte para ser reverberado em outros cenários, enquanto perspectiva iconográfica.

Palavras chave: Banalidade do mal. Imagem. Política.

Abstract

The proposal of this essay is to understand how the values offered by Hannah Arendt about the banality of evil are still present, using as clipping the 2018 election campaign in Brazil. Arendt believed that the evil would be banal from the moment in which subjects abdicate the quality of thinking and reflecting and would reproduce previously established activities, as well as having no dimension of their behavior in the political scenario. The images are intended to elucidate that the evil remains banal and strong enough to be reverberated in different settings, while an iconological analysis.

Keywords: Banality of evil. Images. Politics.

1. Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), com pós-doutorado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Notas introdutórias

Imagem 1



Fonte: Jack (2018)

A imagem acima retrata dois homens em aceno nazista durante o ano de 2018 no litoral brasileiro e, a partir, da imagem, é possível desenhar outras faces da banalidade do mal. A obra *Eichmann em Jerusalém – relatos sobre a banalidade do mal*, de Hannah Arendt (1999), acompanhou os estudos dela sobre a ação política e o espaço público. Além disso, ela apresenta outra face do mal, considerado por ela como sendo o mal banal. Após o livro, que foi a cobertura jornalística do julgamento de Adolf Eichmann realizada a pedido da revista *New Yorker*, Arendt

percebeu que o mal pode ser compreendido como sendo banal por ser sintoma da ausência de reflexão e criticidade no espaço político por sujeitos convencionais e essa reflexão marcou grande parte das produções dela.

Eichmann foi um dos oficiais do regime nazista e atendeu de modo exemplar às ordens que lhes foram solicitadas. Ele não foi julgado em Nuremberg, tribunal que julgou parte dos integrantes do Partido Nazista, e conseguiu se asilar na Argentina, de onde foi sequestrado em 1960 pelo estado de Israel e julgado por crime contra o povo judeu, sendo preso e executado, em 1962, por enforcamento. Nos dias que antecederam ao episódio, ele fora considerado, principalmente pela comunidade judia, praticamente como um animal pela agressividade e estupidez devido às atrocidades que desempenhou enquanto responsável pelo sistema da logísticas dos trens que conduziu milhões de pessoas à morte na Europa. A expectativa de encontrar um sujeito descompensado e hostil fez que Eichmann depusesse de dentro de uma gaiola de vidro para que pudesse conter quaisquer ameaças aos presentes.

No entanto, no decorrer da fala dele, Arendt não percebeu qualquer nuance de uma agressividade bestial, mas um sujeito dotado de discursos rasos e superficiais e de atitudes desprovidas de criticidade e reflexão; Eichmann era medíocre. Ambicioso por reconhecimento profissional, ele almejava ocupar altos cargos no partido e no governo, todavia, não conseguiu tal feito. Arendt se atentou à existência de um sujeito anódino, esforçado e dedicado ao trabalho que desempenhava e não muito mais que isso. Pela visão de Arendt, o funcionário não era exatamente uma figura atroz, mas ficaria difícil de não considerá-lo um palhaço, como a própria Arendt (1999) concluiu, justamente por ser uma figura limitada. Para a autora, Eichmann não conseguia enxergar, muito menos pensar, para além da reprodução dos próprios comportamentos e das atividades laborais. Não raro, em algumas passagens do julgamento, o oficial afirmou que não se sentia responsável pelo holocausto, tampouco, culpado; segundo ele próprio, apenas cumpria ordens de superiores e nem tinha ódio aos judeus ou a outros grupos exterminados. Assim, Arendt (1999) afirmou que a banalidade do mal se torna próspera pela prática irreflexiva de sujeitos convencionais, enquanto uma analogia

da autora, o mal seria como fungo na pedra, pois conseguiria se alastrar rapidamente sobre a superfície.

Esta ideia vai permear a tessitura do texto ao considerar que a imagem selecionada, que é de autoria desconhecida e possivelmente produzida por algum fotógrafo amador, servirá para expressar a perpetuação da banalidade do mal na contemporaneidade, tendo como recorte o período eleitoral de 2018 no Brasil, momento em que houve a promoção das paixões fora dos esquadros da política e a polaridade entre partidos na disputa. Estender a mão em menção ao cumprimento nazista evidencia que a banalidade do mal ainda permanece viva e com vigor entre sujeitos convencionais. As redes sociais e ambientes virtuais não caracterizam exatamente o espaço público e político desenhado por Arendt, todavia expressam e abrem a possibilidade de reflexão sobre os afetos e os engajamentos que promovem a cultura de ódio e destruição da ação política.

A escolha da imagem para trabalhar a hipótese aventada vai ao encontro do posicionamento de Finchelstein (2020). O autor considera que o totalitarismo praticado pelo fascismo e nazismo do século XX foram movimentos referentes às práticas desenvolvidas de antissemitismo, racismo e intolerâncias, além da crença de uma fantasia de superioridade de determinados grupos. Assim, denominar os movimentos contemporâneos de intolerância como totalitários ou fascistas pode incorrer a equívocos historiográficos que condizem àquele momento da história. Por outro lado, como aponta Finchelstein (2020), há aspectos fascistas que ainda se encontram em circulação, também no Brasil na gestão de Jair Bolsonaro, que se assemelham às práticas autoritárias como a adoração a uma figura central no governo que adota, em grande medida, ações populistas, a prática de cerceamento da liberdade de imprensa e o empreendimento da violência como modo de gestão.

Outras faces da banalidade do mal

Enquanto uma construção iconográfica (KOSSOY, 1989), ou seja, uma posição poética a partir de elementos visuais, a imagem em questão apresenta uma cena pública, aparentemente litorânea, com duas figuras masculinas centrais. Um dos

homens retratados na imagem está descontraído dentro de trajes informais e chinelos na saudação nazista enquanto o outro senhor retratado veste uma camiseta com a estampa do então candidato e hoje presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, reconhecido publicamente por apresentar discursos conservadores e favoráveis a regimes de exceção, como foi o caso da ditadura civil-militar brasileira entre os anos de 1964 a 1985. Descobrir a autoria da imagem requer uma força que não é objetivo da pesquisa, assim como reconhecer por quais perfis de redes sociais a imagem circulou. Entretanto, a elaboração do gesto e o registro da imagem apresentam valores sintomáticos que estão em circulação no espaço público.

A imagem selecionada, enquanto movimento iconológico, isto é, um discurso desenvolvido a partir³ “[...] do momento histórico retratado, uma reflexão centrada no conteúdo, porém num plano além daquele que é dado pelo verismo iconográfico.” (KOSSOY, 1989, p. 65) denuncia o descaso à dor e ao sofrimento acerca de um movimento manchado pelo horror, a admiração por uma figura pública que apresenta traços antipolíticos (AMARAL, 2020) e a banalidade do mal por reproduzir um gesto associado à violência e à destruição da ação política, além de oferecer sentido às políticas de ódio.

O aceno de um dos homens na imagem em tela era praticado em reverência ao nazismo alemão e a apologia ao nazismo é crime no Brasil desde 1989. De acordo com a lei 7.716/89, como prevê, no artigo 20, há pena de privação de reclusão e multa às práticas, induções e incitação ao preconceito de cor, etnia, raça, religião ou procedência nacional. O primeiro parágrafo desse mesmo artigo também relata que é crime a divulgação do nazismo sob vários aspectos. Segundo a letra da lei, também caracteriza crime “Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular, símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. Pena - reclusão de dois a cinco anos e multa” (BRASIL, 1989). Assim, os sujeitos retratados na imagem legitimam e promovem práticas criminais no espaço público ao fazer apologia à poética nazista.

Sob esse contexto que o registro imagético será analisado com base no entendimento de Arendt sobre mal e ação política. Arendt (1983) percebeu na política uma forma de participação da vida pública na busca de estratégias que prezam o bem-comum, assim, ela trouxe à tona referências da Antiguidade, reconhecendo na pólis grega uma condição primordial para o exercício e organização política por acreditar que a política poderia ser praticada apenas por homens livres a partir da sua qualidade de comunicação e visibilidade. O pensamento da autora baseou-se na formação política como estratégia de formação do espaço público e das demandas da pólis. Sob esse olhar, as atividades laborais não seriam suficientemente fortes para conceber pertencimento social, o que gerou, inclusive, críticas ao pensamento clássico marxista. O trabalho, bem como outras atividades privadas, diz respeito ao âmbito da vida zoé, ou seja, a vida desprovida de relevância pública.

Sob a ótica da autora, a política é uma referência constante na explicação de outros fenômenos como a educação e a felicidade, por exemplo. Arendt (2018) acredita que a felicidade esteja envolvida com as questões políticas e não com as questões privadas que dizem respeito ao universo restrito, narcísico ou individualizante. A felicidade é possível, sob a ótica da autora, na promoção de ações públicas e políticas que beneficiam o desenvolvimento de cenários em comum, o que afasta as possibilidades segmentadas de benefício a determinados grupos ou promovam a anulação ou afastamento de indivíduos ou grupos no espaço público. A intenção não é de anular as emoções e os afetos como elementos pertencentes à política, uma vez que, como aponta Marcus (2000), as emoções pautam os direcionamentos políticos e organizam os afetos, a memória e a movimentação do espaço público. Por outro lado, a questão é reconhecer quais as qualidades efetivas que são em circulação enquanto demonstração de políticas de ódios que prezam pelo esfacelamento da ação política.

O conceito de política empreendido por ela também será frutífero para acompanhar os rumos que as práticas da política partidária traçaram no Brasil. A polarização partidária, a ascensão de discursos reacionários e o surgimento de pautas travestidas de políticas, mas que não o são verdadeiramente, como as

manifestações de combate à corrupção em 2015, se misturarem no cenário público e estremeçeram de modo considerável as ações políticas e o modo de compreendê-las como ação em conjunto. As manifestações populares de 2015 surgiram supostamente contra corrupção, entretanto, ficaram limitadas à oposição ao PT e aos esquemas de corrupção envolvendo o partido. Os indícios de corrupção de outros partidos foram negligenciados pelas manifestações. Estes movimentos abriram as portas para discursos e práticas que são sintomas da ausência de reflexão e criticidade política.

A política na concepção arendtiana é tecida sobre paradigmas de liberdade e visibilidade entre sujeitos que gozam plenamente destes conceitos pela possibilidade de comunicação e interação entre seus pares e contribui para a visibilidade mútua de todos aqueles que compartilham o espaço público. Mesmo não sendo sinônimo, nem mesmo no entendimento de Arendt, política não tem o mesmo sentido que liberdade, todavia, para ela, não há como compreender ambos os termos de modo isolado ou distinto. A sugestão de organização da polis cabe a qualquer sujeito, desde que sejam comungadas as possibilidades de promoção de visibilidade, de diálogo e de comunicação. A tentativa de anular esse espaço de debate, segundo a autora, configura noções contundentes de violência e do esfacelamento do cenário público de discussão.

Para Arendt, os regimes totalitários e autoritários não poderiam ser considerados ações políticas pela intenção de aniquilar discursos e práticas que seriam contrárias ao regime vigente como aconteceu durante a Alemanha nazista. Mesmo havendo a intenção de organização em conjunto, a política para Arendt não quer dizer que todos devem pensar igualmente; muito pelo contrário, para ela, a legitimidade do espaço político acontece pela diversidade e pluralidade de pensamentos e ações. A diferença é importante e saudável, mas não deve ser enredo para a anulação da pluralidade ou pretexto para a promoção de violência.

A ideia da autora pode ser empreendida para analisar o cenário político brasileiro a partir das manifestações de 2013, quando se iniciaram a polarização partidária e as movimentações ideológicas. Como apresenta Avritzer (2016), os

movimentos daquela época começaram sob a ordem de protesto contra o aumento da passagem do transporte público e teve forte participação da classe média e, ao longo dos dias de manifestações, foram apropriados por partidos políticos, grupos de ideologias contrárias ao Partido dos Trabalhadores (PT) e uma série de organizações que, de certa forma, deturparam a intenção primordial das manifestações.

O descontentamento quanto ao governo da então presidente petista Dilma Rousseff não permaneceu restrito apenas aos governos PT, tampouco a insatisfação restringiu-se apenas ao desgosto disseminado pela classe média. A cultura de descontentamento foi fomentada pelos meios de comunicação e tornou-se um código moral com mais ênfase a partir daquele ano; para o autor “a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e atribui a corrupção ao governo do PT” (AVRITZER, 2016, p. 59). Ou seja, aponta que a sociedade reconheceu que os sinais de corrupção estariam intimamente mais ligados ao PT que aos outros partidos, uma visão muito turva sobre corrupção e sobre a realidade política brasileira.

De fato, houve a insatisfação com o governo de Dilma Rousseff, ainda mais quanto a medidas impopulares como assuntos previdenciários e os indícios de participação de petistas em esquemas de corrupção nas gestões dela e como nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva, entretanto, àquela altura sem comprovações consistentes da existência de crimes. Ao invés de haver o desenvolvimento dos pressupostos do pensamento de Arendt (2018) acerca das melhores saídas para espaço político, houve a intenção de eliminar e aniquilar signos e referências que remetiam aos governos petistas, bem como qualquer traço que envolvesse qualquer ideologia fora do esquadrão reacionário e conservador de direita. Propor o diálogo no espaço público não é perdoar ou negligenciar a participação do partido nos esquemas de corrupção, mas compreender quais seriam as melhores alternativas para a solução do problema, sem a necessidade do fomento da violência.

A partir das manifestações de 2013, que se estenderam para insatisfação com o governo Dilma; e depois nas movimentações supostamente contra a corrupção que começaram em 2015, foram suscitados fantasmas que pareciam adormecidos no inconsciente coletivo como a figura de comunistas e a predileção de regimes ditatoriais como possibilidade de gerenciamento da gestão pública.

A eleição de Jair Bolsonaro atendeu a essas necessidades, além de ser disruptiva, como apontam Moura e Corbellini (2019). De acordo com os autores, a ascensão de Bolsonaro marcou os processos litúrgicos de campanha e suscitou afetos que não se enquadravam ao modo de compreensão da ação política ao trazer Arendt para o debate. Os autores apontam que o sucesso bolsonarista não aconteceu apenas pela crítica ao PT, mas também pelo descrédito do PSDB e de outros partidos envolvidos em esquemas de corrupção, ou seja:

Jair Bolsonaro soube se posicionar para ser esse postulante. Apresentou-se como um inimigo visceral do PT e como um político “diferente de tudo o que está aí”, e sustentou um discurso politicamente incorreto e de enfrentamento contra a “bandidagem”, além de uma defesa conservadora dos valores da família cristã (...) Sua vitória não foi a afirmação de um projeto, de uma biografia, ou de um conjunto de propostas. Mas uma reação em cadeia, a explosão de uma energia quase atômica. A propulsão foram os eleitores indignados (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 57).

Com a insatisfação da população, paralelamente ao fomento midiático, uma qualidade de sujeito é trazida à tona, como evidencia Ab'Sáber, um sujeito: “antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção patriarcal e agregada, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna” (AB'SÁBER, 2015, p. 35).

A obsessão por eliminar traços petistas, comunistas ou de ideologia da esquerda faz que Ab'Sáber acreditasse na formação de alucinoses que se configuraram como um delírio moralista para combater esses fantasmas

produzidos. Este comportamento abriu portas para contemplação da intervenção militar e o desejo por regimes autoritários no Brasil, um retrocesso no cenário político associado ao ódio ou, na mesma medida, de fomento do ódio à própria democracia, como alega Rancière (2014). O autor relaciona o ódio à democracia pelos movimentos arcaicos que ainda insistem em perpetuar-se no cenário público como, por exemplo, o presidencialismo de coalização que visa a formação de alianças e estratégias, algumas vezes obscuras, para a manutenção das estruturas de poder e eficácia da permanência na gestão. A imagem em tela pode ser observada como sintoma dessa condição por que o aceno nazista é um aval para a destruição do espaço político e da manutenção da ação política. São sujeitos convencionais que trazem suas paixões como força motriz para o espaço público.

A ideia de sintoma perpassa o pensamento de Georges Didi-Huberman (2017) ao considerar que as representações audiovisuais configuram o rompimento dos sentidos e a necessidade de reflexão a partir da leitura do acontecimento em cena. Pelo mesmo estudo desenvolvido pelo autor que é possível refletir também a presença de povos figurantes, considerados tangenciais à narrativa proposta. Ao longo de vários anos, os figurantes constantemente apresentaram baixo valor cênico, todavia, segundo o autor, principalmente pelas obras de Serguei Einstein, esse cenário se alterou e há a intenção “[...] devolver aos figurantes, que são ao cinema aquilo que o povo é à história, os seus rostos, os seus gestos, as suas palavras e a sua capacidade de agir.” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 26).

A proposta de Didi Huberman foi de refletir sobre a importância que os povos figurantes, considerados silenciados ou esquecidos, conquistaram nas produções cinematográficas. Por outro lado, a ideia de Didi-Huberman em interface às considerações de Arendt sobre a banalidade do mal trouxe à tona não apenas os povos figurantes a par do silenciamento implantado pelo viés do poder vieram à tona, mas também aqueles que promovem a irreflexão política enquanto debate público. A polarização semeada nas disputas eleitorais ainda em 2014 fomentou movimentos que fogem das raias da ação política apresentada por Arendt que versa sobre a necessidade de diálogo e pluralidade de discursos. Destarte, os afetos que circularam desde aquele ano se organizaram em

movimentos em que foram promovidas as nuances de política de ódio em 2018, sem o pudor de escondê-las.

A decepção com as representações democráticas fortalece a necessidade de escolha de um líder que se traveste de signos democráticos, entretanto, quando despido, se apresenta com traços populistas e antipolíticos. A intenção de promover esse líder como representante da horda vai ao encontro do desejo dos sujeitos pela carência de representatividade. A eleição desse líder não necessariamente atravessa pressupostos da política, mas movimentos da paixão que enfraquecem as instituições democráticas e o espaço público de debate.

A paixão desenvolvida no espaço público que promoveu a polaridade e o fomento do ódio não está envolvida com a pulsão de vida que expande o sujeito para a busca do desejo enquanto satisfação moral sugerido por Sigmund Freud (2001). A pulsão de vida apresentada por Freud organiza a vida do sujeito pela libido enquanto mecanismos e estratégias para a manutenção e investimento na vida. Por outro lado, como apresentam Kiffer e Giorgi (2019), não há como desconsiderar o desenvolvimento dos afetos e sentimentos no espaço público, entretanto, segundo os autores, há o desenvolvimento de políticas de ódio que são produzidas e reproduzidas em espaços virtuais que promovem o engajamento afetivo e, assim, fragilizam a ação política, além de servir de argumento para se argumentar para selecionar quais vidas são dignas de permanecerem vivas ou serem destinadas à morte (BUTLER, 2006).

Para além do posicionamento de Ab'Sáber (2015), na esteira do pensamento arendtiano, a paixão desenvolvida no Brasil no período em questão fomenta a destruição do espaço político em nome de prazeres mitigados que não engrandecem a condição pública. Reduzir a política ao espaço das paixões privadas ou que desenvolvem políticas de ódio é também um gesto de violência e infrutífero para o debate público e político. Por esse viés que o mal desenhado por Arendt é banal por ser empreendido no sentido de ser praticado por sujeitos convencionais que se abdicam da qualidade de pensar e refletir sobre as próprias atitudes e também sobre o espaço político, seja pelo empenho na destruição do espaço de

discussão ou pelo desenvolvimento de paixões privadas no cenário político, como traz a imagem a ser verificada. Referenciar ao modo nazista estendendo a mão acima da cabeça em adoração a uma figura política é deslegitimar o espaço público e fazer dele amostra de um cenário perverso povoado pela fragmentação da ação de pensar e refletir em concerto.

A proposta de resgatar o conceito de banalidade do mal proposto por Hannah Arendt para reconhecê-lo em uma imagem contemporânea produzida durante a campanha eleitoral no Brasil elucida a perspectiva de acreditar que o mal não é manifestação ontológica, tampouco proveniente de condições biológicas ou hereditárias e também não é edificado por sujeitos perversos e abomináveis que promovem cenas sanguinárias e horripilantes. Na contramão daquilo que a autora uma vez chegou a acreditar acerca do mal radical, a própria Arendt reformula sua tese e passa a confiar no mal como sendo banal. Em *Origens do totalitarismo*, amparada por Kant, Arendt (2013) acreditou que o mal poderia ser radical. De acordo com o preceito kantiano, o mal está relacionado com a aversão moral em função do bem. Ou seja, a prática do bem ou do mal é condição do livre-arbítrio do sujeito, escolhas que são feitas a par ou não da lei moral; desse modo, as atitudes alheias à questão moral seriam condições do mal e as atitudes do bem estariam em sintonia com a moral. Por ser sintoma das possibilidades de escolha advindas do livre arbítrio. Assim, o mal é um afeto humano e não uma manifestação animalesca alheia à vida humana; e a opção pelo mal traria malefícios não apenas aos sujeitos que o praticam, mas culminaria na destruição total da condição humana e, por isso, o mal seria radical.

Arendt, dentro dessa perspectiva, considerou que os regimes totalitários seriam expressões consistentes da qualidade do mal radical, sendo que os sujeitos se tornam apenas peças dentro de um sistema que se encontra em mera atividade, o que ocasiona a perda da própria identidade e dos próprios valores enquanto agentes políticos. Assim, os dirigentes organizariam a vida desses sujeitos, inclusive interfeririam em aspectos privados que não dizem respeito ao público e político como, por exemplo, a ordem familiar e as questões do trabalho. Essa situação também esmorece a pluralidade da vida e a diversidade do sentido da condição

humana. A ascensão de movimentos totalitários não engrandece a diversidade de pensamentos e ações políticos, muito pelo contrário, refrata a vida a movimentos que promovem o isolamento da vida em conjunto. As movimentações no cenário político brasileiro, ao menos por enquanto, não se enquadram exatamente em movimentos totalitários, entretanto, apresentam noções acentuadas da necessidade de não estabelecer diálogo por não prezar a pluralidade, além de promoverem a retração do espaço público e político.

A consequência dessa qualidade é a aniquilação da vida e do próprio estabelecimento de diálogos, os sujeitos tornam-se superficiais e insensíveis ao mal. Essa possibilidade, para a autora, e podemos tomar como base a condição brasileira durante o período de campanha eleitoral, é o que entorpece a sociedade e faz dela uma conjugação de sujeitos letárgicos e seduzidos pelos discursos dos dirigentes e suas ideologias. Essa perspectiva desenvolvida por Arendt (2013) considera que a sociedade não seja culpada pela prosperidade do mal, mas responsável pela ascensão de governantes que adotam essa postura. O desenvolvimento do mal não é algo apartado dos valores que são reverberados na sociedade, mas enquanto afetos que são compartilhados e promovem sentido quando reproduzidos.

A sociedade que se configura sob essa moral, denominada por ela por sociedade de massa, diz respeito à perda da qualidade política de caminhar em conjunto e propor soluções em nome do bem-estar público. Esta qualidade de sociedade promove o isolamento entre indivíduos, a fantasia de proteção, o extermínio da diferença e da pluralidade de pensamento, algo não muito distante da alusão simbólica proferida pelos senhores da imagem em questão. Como apresenta Arendt (1983), dentro da sociedade de massa se perde o mundo. Pelo posicionamento de Arendt, o mundo seria a construção elaborada pelo homem que tem como propósito a instrumentalização da condição humana e produção de sentido que é construída pelo movimento organizado da sociedade, além de ser toda a pluralidade e diversidade de discursos e representações que podem ser contemplados.

A destruição do mundo apresenta como resultado a formação das massas desprovidas de criticidade e de reflexão na qualidade de pensar, por isso a fotografia analisada torna-se sintoma dessa condição, uma espécie de crise que não é simbolizada. Pelo olhar de Arendt (1983), as relações de trabalho também contribuíram para o desenvolvimento da sociedade de massa. Na contemporaneidade, ela acredita na derrota do homo faber, o sujeito que instrumentaliza o mundo pelo exercício da obra e pela produção de bens duráveis, que perdeu forças para o animal laborans, o sujeito que reconhece na sua atividade laboral possibilidade de pertencimento público e de liberdade, elementos que enfraquecem a ação política. A atividade laboral que seria apenas a condição da permanência da vida metabólica passa a ser considerada aspecto de visibilidade e aparência pública, o que contribui ainda mais para a atomização de indivíduos e a fragmentação do espaço público. Na repaginação das poéticas contemporâneas, o mal banal não é apenas configurado pela crença nas atividades laborais praticadas por um funcionário obediente, mas suas demonstrações ultrapassaram as raias do trabalho e podem ser acompanhadas em praça pública ao sol a pino sem qualquer demonstração de pudor em condições casuais do dia-a-dia.

A consequência dessa realidade culmina em atos que prezam pela fragmentação do espaço político de discussão, uma vez que a sociedade não preza pelo senso comum, isto é, a qualidade de pensar junto (não necessariamente igual) e nas melhores possibilidade da vida em conjunto. Essa situação favorece que as paixões invadam o espaço político e tornam-se códigos morais de sociabilidade e comunicação e a política passa a ser mimetizada por ações irreflexivas.

O descrédito na política e a atomização de sujeitos garantem o desenvolvimento da banalidade do mal, pessoas que não necessariamente têm a índole perversa, mas sujeitos que se comportam no exercício da destruição da condição humana e do espaço político pela ausência de pensar. Eichmann não tinha aversão aos judeus ou aos demais grupos exterminados, até mesmo foi criado na companhia de uma família judia e, em alguns momentos, chegou a negociar com seus superiores a saída de judeus dos campos de concentração. Entretanto, a ressonância de valores fora da concepção política passa a se tornar

normais e essa estranha normalidade abre caminhos para práticas perversas. Os senhores da imagem não seriam pessoas atrozés, mas sujeitos comuns que não conseguem ter o calibre de repercussão sobre estender a mão em alusão nazista pode repercutir no espaço público. Entretanto, é quase impossível imaginar que não sabiam o que estavam fazendo em nome de uma ideologia.

Há outras percepções que Arendt percebeu sobre o mal. Além de não ser ontológico, o mal não é o oposto de bem, não são dois lados da mesma moeda. Sob essa perspectiva, em reflexão ao pensamento de Arendt, Grespan aponta que “[...] invertem-se os padrões, as definições de 'normalidade' e exceções. A 'doença', tão execrada, na verdade, é a regra de funcionamento do sistema [...] o 'mal' não se coloca fora do sistema, nem este do 'mal'” (GRESPLAN, 2013, p. 172). O bem e o mal não são duas condições que se encontram diametralmente conflitantes; o mal é resultado da inversão de valores e sintoma da ausência de reflexão. Esse modo de pensar edifica e consolida de modo mais expressivo que o mal praticado pelos sujeitos da fotografia não é proveniente de pessoas más ou boas, mas de pessoas que não pensam politicamente.

A proposta desse ensaio não é de equipar os sujeitos da fotografia em análise ao mesmo patamar do funcionário nazista. A campanha eleitoral brasileira não se assemelha ao horror da Segunda Guerra, todavia, fica evidente a necessidade de perceber como a reprodução dos atos sem a devida reflexão implica na promoção de violência e degradação do espaço público. A fotografia em tela é um sintoma da fragmentação do espaço público. Essas considerações tornam-se frutíferas para reconhecer que o vigor da banalidade do mal ainda persiste na sociedade contemporânea. A despeito das práticas dos sujeitos retratados na imagem serem consideradas crimes, há a esquiva da qualidade de pensar e refletir sobre o fenômeno para além das paixões suscitadas. O desconhecimento dos códigos legislativos e a ausência de bom senso despertam afetos destemperados ao espaço público e político. As práticas do nazismo trouxeram à tona uma das expressões mais agudas do horror, da guerra, do extermínio da condição humana na primeira metade do século XX. Por outro lado, renegar a história dos fatos e transformá-la em paixão é um gesto da violência banal que procura se normalizar nos espaços públicos.

Considerações Finais

Os sujeitos retratados na imagem são desconhecidos que habitam alguma cidade brasileira, mas que sintomatizam a banalidade do mal na contemporaneidade. Se Arendt imaginou a banalidade do mal pela debilidade da ação política, na atualidade esta condição permanece nas ruas e nos espaços públicos sem qualquer pudor de demonstração. A proposta do ensaio foi de avaliar a imagem para perceber que os valores do mal banal são reverberados pela ausência de pensamento político a partir das paixões que promovem o ódio político no espaço público.

Por outro lado, os homens da imagem possivelmente não são sujeitos abomináveis ou sanguinários, mas evidenciam a ausência de reflexão política ao promoverem a política de ódio. Sujeitos que no espaço público simulam a reverência nazista fortalecem e perpetuam a qualidade da banalidade do mal na sociedade de modo irreflexivo e, assim, são responsáveis pelos seus atos.

A imagem em questão é sintoma do cenário político em que o Brasil atravessa na contemporaneidade, pois sintomatiza e sugere o aniquilamento do espaço público e da ação política. Erradicar o mal do mundo é impossível, todavia, há estratégias e possibilidades de reduzir sua assunção quando o exercício de reflexão e pensamento a partir das referências desenhadas enquanto propostas públicas.

Referências

AB'SÁBER, Tales. **Dilma e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Montagens doentes e perversas: a informação no governo Bolsonaro durante a pandemia do novo coronavírus. **Mediaciones Sociales**, Madrid, v. 19, p. e70289, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5209/meso.70289>

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

ARENDR, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Companhia do Bolso, 2013.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso: 19 ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. London: Verso, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Povos expostos, povos. **Vista: Revista de Cultura Visual**, Braga, PT, n. 1, p. 16-32, 2017.

FINCHELSTEIN, Federico. **A brief history of fascist lies**. Oakland: University of California Press, 2020.

FREUD, Sigmund ¿Por qué la guerra? (Einstein y Freud). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001. v. 22, p. 179-180.

GRESPLAN, Jorge. Hannah Arendt e a “banalidade do mal”. *In*: ALMEIDA, Jorge; BADER, Wolfgang (org.). **Pensamento alemão no século XX**. São Paulo: Cosacnaify, 2013. p. 153-174.

JACK, Bob. **Hitler estaria numa dúvida [...]**. Saint-Tropez, France, 2 out. 2018. Twitter: @bobjackk. Disponível em: <https://twitter.com/bobjackk/status/1047122490345050112> Acesso em: 15 abr. 2019.

KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política do ódio**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARCUS, George E. Emotions in politics. **Annual Review of Political Science**, San Mateo, CA, n. 3, p. 221-250, 2000.

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.